

Foucault e sua contribuição para o historiador

Foucault and his contribution to historians

MARCOS ANTÔNIO CAIXETA RASSI

Professor do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)

E-mail: rassi@unipam.edu.br

Resumo: Procuo, neste texto, realçar uma filigrana da produção de Michel Foucault, que muito colaborou com a História. Busco os escritos desse autor, sobretudo em uma de suas obras, para desvelar como o filósofo contribui para enriquecer a análise histórica e historiográfica.

Palavras-chave: Michel Foucault; História; historiografia.

Abstract: In this text, I aim to highlight a subtlety within the work of Michel Foucault, who greatly contributed to History. I delve into the writings of this author, particularly in one of his works, to unveil how the philosopher contributes to enriching historical and historiographical analysis.

Keywords: Michel Foucault; History; historiography.

[...] Foucault é o historiador acabado, o remate da história. Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época [...], mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores (VEYNE, 1992, p. 151).

Devo confessar que a leitura inicial do texto me causou uma dose de esterilidade mesclada à outra de entusiasmo. Insisti nessa gangorra dialética. Era preciso resistir.

Entendo que a obra de Foucault tem e terá extrema serventia para as pesquisas em educação, pois provoca “atitudes metodológicas” sobre o entendimento da linguagem e do discurso como lugares de lutas permanentes. Foucault trata os fatos e enunciados como “raridades” e não como obviedades. Sua atenção às práticas discursivas e não-discursivas como combustível das investigações e o fomento da atitude de dúvida e possibilidades deram outro alento às pesquisas, as chamadas Humanas ou Médicas.

Como educador e historiador, fico ainda mais estimulado a estudá-lo, pois creio que Foucault “revolucionou” mesmo a História, ou os tratamentos possíveis a ela. Em seu texto, quem é historiador tem a nítida impressão que está diante de um filósofo, sem a menor sombra de dúvida, mas, da mesma forma, é como se estivéssemos diante do historiador,

[...] a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo:

ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (FOUCAULT, 1987, p. 7).

Paul Veyne capta a dimensão exata da lição de Foucault aos historiadores nos seguintes termos:

Tudo o que Foucault diz aos historiadores é o seguinte: “Vocês podem continuar a explicar a história como sempre o fizeram: somente, atenção: se observarem com exatidão, despojando os esboços, verificarão que existem mais coisas que devem ser explicadas do que vocês pensavam; existem contornos bizarros que não eram percebidos” (VEYNE, 1992, p. 160).

Segundo Veyne, Foucault nos alerta para termos mais atenção com a exatidão do que é dito. Por isso, considera a palavra *discurso* como algo absolutamente natural, entretanto, distingue palavra de discurso, enfatizando que as palavras podem nos enganar, pois a semântica é a encarnação da ilusão, idealista.

No paradoxo positivismo e materialismo em Foucault, Veyne afirma que o pensador francês propõe um positivismo: “[...] eliminar os últimos objetos não historicizados, os últimos traços de metafísica; e propõe um materialismo: a explicação não passa de um objeto a um outro, mas de tudo a tudo, e isso objetiva objetos datados sobre uma matéria sem rosto” (VEYNE, 1992, p. 180).

Sua produção, tendo em vista que viveu pouco, nasceu em 1926 e faleceu em 1984, foi relativamente profícua. Escreveu “História da Loucura” (1961), “O nascimento da clínica” (1963), “As palavras e as coisas” (1966), “A Arqueologia do saber” (1969), “Vigiar e punir” (1977), “A vontade de saber - História da sexualidade I” (1976), “Microfísica do poder” (1979) “O uso dos prazeres - História da sexualidade II” (1984), “O cuidado de si - História da sexualidade III” (1984), dentre outras obras.

A “Arqueologia do saber” é um texto de caráter mais metodológico, em que o autor tenta captar a subjetividade humana. O objetivo da pesquisa, segundo o que se depreende do texto, é encontrar uma unidade na descontinuidade. Por ser filho de médico, e certamente também por suas questões pessoais, sexuais, estuda e licencia-se em Psicologia, produzindo então um rico material nessa área, que terá uma continuidade nas demais reflexões que tão fecundamente realizará para a História, Literatura, Biologia, Economia Política e Filosofia.

Sua crítica mais radical é mesmo enveredada em torno de um certo conhecimento objetivo, que para ele é falso, entretanto não caminha levemente para um subjetivismo puro, ou purista, busca uma arqueologia, no sentido de captar a gênese das experiências que fizeram do homem o que ele é hoje. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (1987) insiste todo o tempo que a Arqueologia não é uma ciência, não é uma epistemologia, não é uma disciplina. Usando todo um aparato próprio, positividades, práticas discursivas, nos induz a pensar que a Arqueologia é mesmo uma ferramenta metodológica para evidenciar a compreensão da história, da ciência e do homem. Penso

que isso justifica o que sublinhei acima, posto por Paul Veyne, afirmando que Foucault é o pai de uma revolução científica pela qual os historiadores tanto esperavam.

Claro que Foucault viveu os dramas do século em que viveu. Viveu, sofreu, tentou suicídio, teve uma militância no Partido Comunista Francês, talvez também por influência de Althusser, de quem se tornou amigo, enfim, teve uma vida intensa, apesar de solitário e irônico. Aproxima-se, neste momento, da psiquiatria e da psicologia clínica. Estuda profundamente o funcionamento dessas instituições – hospícios, orfanatos, prisões etc. – e produz joias do pensamento humano que hoje inspiram inúmeras pesquisas no mundo todo.

Em Foucault, parece não haver uma separação entre a sua formulação intelectual e a sua elaboração da prática política. O papel do intelectual deixa de ser o do pensador que participa em nome dos valores supremos para adquirir eminentemente uma forma estratégica de resistência. Foucault desenvolveu uma nova política de genealogia e problematização, desafiando a tradicional retórica política da esquerda, e concebeu uma prática nova: concebeu um processo contínuo e coletivo de transformação. Ele antecipou o que se poderia chamar de reforma de baixo ou de dentro. Seu ativismo no combate às prisões, às punições, à forma de psiquiatria nos legou um conjunto de valores éticos e, ao mesmo tempo, de prática intelectual.

Nesse sentido, Foucault considera a escola também como uma instituição em última instância, de adestramento, de sequestro, de controle e regida por uma “microfísica do poder”. Só que o grande passo que Foucault acaba dando é que seus estudos e suas categorias interpretativas permitem desconstruir essa escola de adestramento e perceber uma outra possibilidade de emancipação do homem através de uma outra escola. Aqui se abre a grande contribuição de Foucault para os estudos de pesquisa educacional e para o futuro da escola enquanto instituição.

Sua contribuição para a História ainda é mais evidente, mais profunda quando explicita como a descontinuidade deixou de ser um estigma da dispersão temporal para se tornar um dos elementos fundamentais da análise histórica. Veja como ele a coloca: “Enfim, não é simplesmente um conceito presente no discurso do historiador, mas este, secretamente, a supõe: de onde poderia ele falar, na verdade, senão a partir dessa ruptura que lhe oferece como objeto a história – e sua própria história? (FOUCAULT, 1987, p. 10).

Ele mesmo responde, enfaticamente: “Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 10).

Uma passagem do texto é lapidar. Aquela em que o autor estriba sua reflexão em torno das margens dos livros, como na “A Comédia Humana”, ou “Odisséia”, apurando que elas, as margens, jamais são nítidas, o livro está refém de um sistema de “remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede”. Aqui, Foucault, traça um belo receituário de como dar visibilidade à margem como forma de vislumbrar sua metodologia na escrita da História. Nesse particular, o autor é provocativo: basta questionar a obra – o livro – que ela perde sua evidência, só se tem sentido, num “campo complexo de discursos”. Aí ele é conclusivo: “A obra não pode ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea”

(FOUCAULT, 1987, p. 27). Onde, quando e como dar espaço e perceber as margens? Que olhar se tem sobre elas? Em que momento elas passam a existir?

No imenso debate se Foucault era estruturalista ou não – no sentido de um método de análise e pesquisa pelo qual um determinado ramo do conhecimento se busca estruturar significantes ou constitutivas –, ele mesmo se coloca advogando laços transcendentais, ou histórico-transcendentais, que percebessem o lugar da subjetividade, algo que parece bem distante do estruturalismo.

Será a ela, agora – e estamos firmemente decididos jamais renunciar a isto –, que colocaremos a questão da origem, da constituição inicial, do horizonte teleológico, continuidade temporal. Será este pensamento, que hoje se efetiva como nosso, que manteremos na dominância histórico-transcendental. Isso porque, se somos obrigados a suportar, de bom ou mau grado, todos os estruturalismos, não podemos aceitar que se toque na história do pensamento que é a história de nós mesmos; não podemos aceitar que se desfaçam todos os laços transcendentais que a ligaram, desde o século XIX, à problemática da origem e da subjetividade (FOUCAULT, 1987, p. 229).

Tentando estabelecer a relação entre a arqueologia e a análise das ciências, o pensador francês procura dialogar com as positividades, as disciplinas e as ciências. Faz inicialmente duas indagações. Primeira: será que a arqueologia não descreve simplesmente pseudociências ou ciências tomadas de ideologia? Na mesma pergunta acrescenta: a arqueologia descreve disciplinas que não são efetivamente ciências, enquanto que a epistemologia descreveria ciências existentes?

Sua resposta é negativa para ambas as interrogações. Para ele, a arqueologia além de não descrever disciplinas, também não pode estabelecer relação entre as disciplinas instituídas e as formações discursivas.

A arqueologia não tenta reagrupar em uma prática discursiva independente todos os elementos heterogêneos visando à gestação de uma ciência? Foucault argumenta que a positividade dá conta de um certo número de enunciados referentes às semelhanças e diferenças entre os seres, sua estrutura visível, as descontinuidades que os separam e as transições que os unem.

Quando ele pergunta a ele mesmo se não pode haver ciência onde há positividades e se estas sempre excluem as ciências, ele usa um contra-exemplo bastante ilustrativo, afirmando que o fato de a medicina clínica não ser uma ciência, de comportar apenas alguns acúmulos de observações empíricas, de “resultados brutos”, nem por isso ela exclui a ciência.

A concepção de saber para Foucault é assim formulada: um conjunto de elementos formados regularmente por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, entretanto, nem todo saber é científico. A importância da prática discursiva na relação com o saber é que existem saberes independentes das

ciências, mas não pode haver saber sem uma prática discursiva que lhe dê respaldo, logo, toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.

Procurando estabelecer uma analogia entre o eixo clássico da consciência-conhecimento-ciência, Foucault percorre o eixo arqueológico da prática discursiva-saber-ciência. Isto na prática tem posturas bem destoantes. Enquanto os “domínios científicos” – e veja que são os domínios –, partem de proposições que obedecem a certas leis de construção, dissessem a mesma coisa, num saber contido somente em *demonstrações*, os “territórios arqueológicos” – e veja que são territórios, diferentes de domínios – podem atravessar textos “literários”, filosóficos ou científicos, é o saber contido em ficções, regulamentos institucionais ou decisões políticas.

Existem campos de saber; a ciência está localizada num desses campos que podem variar dependendo das formações discursivas que a ela deem status. Logo, a questão da ideologia proposta pela ciência não é a questão das situações que ela reflete de um modo mais ou menos consciente, é a questão de sua existência como prática discursiva. A ideologia não exclui a cientificidade, assim como um discurso não anula necessariamente sua relação com a ideologia.

Do ponto de vista da extensão de seu método, Foucault tem a devida noção do estrago que causou à ciência convencional e até onde suas reflexões metodológicas poderão chegar.

Afinal, seria possível que a arqueologia não fizesse nada além de representar o papel de um instrumento que permite articular, de maneira menos imprecisa do que no passado, a análise das formações sociais e as descrições epistemológicas; ou que permite unir uma análise das posições do sujeito a uma teoria da história das ciências; ou que permite situar o lugar de entrecruzamento entre uma teoria geral da produção e uma análise gerativa dos enunciados. Poderia ser revelado, finalmente, que a arqueologia é o nome dado a uma certa parte da conjuntura teórica de hoje (FOUCAULT, 1987, p. 233).

Como se depreende, ele tinha a exata dimensão do mal-estar que estava trazendo e da profundidade que sua reflexão propunha, já antevendo desdobramentos de sua metodologia em outras, aceitando, após irreduzível resistência teórica, que a arqueologia poderia assumir uma posição de disciplina. Ele mesmo clareia o lugar da arqueologia:

Se situo a arqueologia entre tantos outros discursos [...] não é para dar-lhe um lugar definitivamente delineado em uma constelação imóvel: mas para revelar, com o arquivo, as formações discursivas, as positividades, os enunciados e suas condições de formação [...]” (FOUCAULT, p. 232-233).

Foucault foi capaz de trazer algo instigante na História, desmontá-la, desmoroná-la, não num sentido de detração, mas a reconstitui “tijolo por tijolo num

desenho lógico” capaz de encontrar o “frescor de suas lembranças” numa imensidão documental (heterogênea, diversa, contraditória) que apresenta permanências em qualquer sociedade. “Trabalhar” no interior da História significa encontrar uma arqueologia profunda em seu sentido. Depois desse desafiador trabalho, passa-se a organização, recorte, ordenação, repartição, enfim, reconhecimento do documento, não como critério de verdade, mas descritor de relações.

Usando todo um arcabouço explicativo próprio, positivamente, práticas discursivas, Foucault nos induz a pensar que a Arqueologia é mesmo uma ferramenta metodológica para evidenciar a compreensão da história, da ciência e do homem.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a História. *In*: VEYNE, P. **Como se escreve a História**. Brasília: Edunb, 1992, p. 149-198.